

Nota contra o avanço bélico de Israel sobre o Líbano e em apoio à sociedade Libanesa

Assistimos ao avanço bélico das forças armadas israelenses sobre territórios e corpos no Líbano em uma estarrecedora escalada de violência e violação de direitos humanos. Já são 2000 vidas ceifadas e mais de 1 milhão de deslocados forçados pela ação militar israelense em áreas de Beirute, cidades do sul do Líbano e do Vale do Bekaa.

Essas vidas perdidas somam-se a cerca de 45 mil mortes de palestinos e mais de 2 milhões e trezentos mil deslocados em Gaza e na Cisjordânia, desde o violento ataque impetrado pelo Hamas a civis Israelenses há um ano. Isso significa morte e destruição de territórios vivos por meio do deslocamento forçado.

Estamos diante de crimes imprescritíveis contra a humanidade, já identificados em documentos da ONU quando da guerra de Kosovo. Tais crimes não cessaram mesmo diante de toda a comoção, movimentos e manifestações públicas da sociedade civil e de governos em diferentes partes do mundo.

Vivemos um momento em que os Estados signatários de tratados internacionais sobre direitos humanos e a paz ignoram compromissos firmados ao longo dos séculos XX e XXI, aprimorados a cada crise humanitária em diferentes regiões do mundo, e permanecem inertes diante do clamor de governos e da comunidade civil internacional pela paz. As forças armadas israelenses seguem impunes e sem freios que impeçam crimes contra a dignidade da vida.

É inadmissível que os ataques do governo de Israel, perpetrados metodicamente sobre civis, se ampliem para outros países da região, em um conflito de aparente feição regional, mas que envolve interesses mundiais.

A Associação Brasileira de Antropologia clama por um posicionamento firme do governo brasileiro na ONU e em todas as mesas de negociações, visando à construção de uma solução política duradoura para o fim das violações de direitos humanos, o imediato cessar fogo, a proteção às vidas e a garantia da paz.

Brasília, 09 de outubro de 2024.

**Associação Brasileira de Antropologia (ABA), seu Comitê de Relações Internacionais (CRI)
e sua Comissão de Direitos Humanos**